

## O BRASIL NA REPÚBLICA DA BRUZUNDANGA UMA DISCUSSÃO SOBRE LÍNGUA, IDENTIDADE E CIDADANIA

### BRAZIL IN THE BRUZUNDANGA REPUBLIC A DISCUSSION ON LANGUAGE, IDENTITY AND CITIZENSHIP

Lúcia Maria de Assis<sup>1</sup>  
André Rocha Carneiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste trabalho, examina-se o livro *Os Bruzundangas*, composto por crônicas ficcionais escritas por Lima Barreto. Nele, há um narrador brasileiro que morou na Bruzundanga, um país distante e diferente do Brasil. Trata-se de uma visão satirizada, pois, como o próprio nome diz, Bruzundanga é um país de *palavrório que não leva a nada*. Nesta obra, o literato critica a língua preciosista; a literatura empolada e fútil; as instituições de ensino dedicadas à aristocracia; o ensino público; a reforma urbana em nome de um retrato afrancesado do país; e a República que deseja um Rio de Janeiro sem negros e pobres.

**Palavras-chave:** Lima Barreto; Bruzundanga; crônica ficcional; literatura militante.

**Abstract:** This paper examines the book *Os Bruzundangas*, composed of fictional chronicles written by Lima Barreto. In it, there is a Brazilian storyteller who lived in Bruzundanga, a distant and different country from Brazil. It is a satirized view, because, as its name means, Bruzundanga is a country of chatter that leads nowhere. In this work, the literate criticizes the precious language; blistering and futile literature; educational institutions dedicated to the aristocracy; public education; urban reform in the name of a french portrait of the country; and the Republic that wants a Rio de Janeiro without blacks and poor people.

**Keywords:** Lima Barreto; Bruzundanga; fictional chronicle; militant literature

#### Introdução

Conforme mostra Vasconcellos (2001), ao analisar a obra de Lima Barreto, é necessário fazê-lo sob três aspectos: a) o da narrativa de ficção, b) o da narrativa do cotidiano e c) o da narrativa crítica. Como narrativa de ficção, os críticos literários normalmente consideram os livros *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Numa e a Ninfa*, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, *Clara dos Anjos*, *Histórias e Sonhos*, *Coisas do Reino de Jambom* e *Os Bruzundangas*.

Entretanto, a própria Vasconcellos diz:

Cremos não ser preciso mostrar que os textos do item b) podem ser incluídos no item a), assim como alguns do item c) podem participar do item b); tal dificuldade

<sup>1</sup> Professora Associada na Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo, mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Materna pela Universidade de Taubaté, especialização em Língua Portuguesa pela Fundação Rosemar Pimentel, graduação em Pedagogia e em Letras (Português/Inglês) pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel. E-mail: luciaassis@id.uff.br

<sup>2</sup> Mestre em História Política pela UERJ. E-mail: andrerochacarneiro780@gmail.com

em separar a matéria ficcional da não-ficcional: entre o conto e uma crônica não há às vezes grande distinção, a não ser a da narração que na crônica cede lugar à simples descrição; e pelas duas narrativas pode passar o raciocínio crítico, de maneira que a intuição criadora e a reflexão crítica constituem as duas faces de uma mesma moeda – a da criação literária. (VASCONCELLOS, 2001, p. 14)

Considerando-o como uma narrativa de ficção (a história de um país que não existe, com personagens imaginários), sem deixar de considerá-lo uma narrativa crítica (o país é o Brasil e os personagens, seus habitantes), examina-se, neste trabalho, *Os Bruzundangas*, um livro satírico, formado por crônicas ficcionais que descrevem um país muito distante daqui, denominado Bruzundanga.

Importa ressaltar que obras de ficção abordam realidades e criticam instituições por meio da imaginação que descreve lugares, viajantes e costumes. Com elas, captura-se a realidade, satiriza-se a política, exprime-se o que realmente se pensa sem muitos rodeios. Além disso, é possível recusar a moral e os direitos vigentes, bem como propor um mundo novo a partir de escombros do mundo em que vivemos. Nesse sentido, Lima Barreto, mesmo nos trabalhos supostamente ficcionais, como *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Os Bruzundangas*, fala do Brasil e da época vivida.

No caso d’*Os Bruzundangas*, o livro é um diário de viagem de um brasileiro que morou uns tempos na Bruzundanga, uma jovem república que lutava num ambiente de colapso do modelo escravocrata, deposto em 1889, embora ainda persistisse o predomínio dos grupos ligados à grande lavoura. Um país onde proliferavam elites incultas que dominavam o povo, racismo, pobreza, obsessão por títulos doutorais, literatura de enfeite, empolamento linguístico.

Desse lugar, o narrador-viajante descreve a educação, a economia confusa, a legislação, a política, o processo democrático, a ciência, o exército. Açoita a República Velha, escrutina o estilo de ensino, debocha do modelo religioso, escarnece a Academia Brasileira de Letras, menospreza o valor do bacharelismo e o título doutoral e, finalmente, denuncia a profissionalização da política. Tudo isso constitui um quadro temático crítico e inteligente também das instituições e sociedade brasileiras. No dizer de Campos (1988, p. 24), “mais do que temas, são causas que Lima Barreto nunca se cansou de polemizar: o racismo, a política protecionista da República Velha, a artificialidade dos intelectuais, a reverência ao estrangeiro, o preconceito de classe (...) a briga por dinheiro e poder”.

Para realizar a descrição detalhada da Bruzundanga, o livro encontra-se dividido em 22 capítulos, um *Prefácio* e ainda uma última parte intitulada *Outras Histórias da*

*Bruzundanga*. Cada uma dessas partes constitui uma crônica, que privilegia determinados temas. Sobre esses temas e Lima Barreto, Campos (1988, p. 29) afirma:

Escritos numa linguagem simples, próxima da coloquial, confirmam seu agudo poder de observação, sua disposição em encarar de frente a realidade e sua modernidade. Sempre se colocando contra os defensores de um gramatiquês que aprisionavam a linguagem no artificialismo, não permitindo que ideias e emoções fossem ditas da forma mais direta e espontânea.

De acordo com Facioli (1985), nesta obra não predomina a realização artística, talvez porque se proponha abertamente como obra de combate. “Por isso, apesar de seus valores estéticos próprios, vale mais um levantamento dos inúmeros temas abordados, pois parece ter sido intenção de L.B. apresentar um amplo painel dos males da sociedade da Bruzundanga, à semelhança dos da brasileira”. (FACIOLI, 1985, p. 10). É a análise desses inúmeros temas que propomos a seguir. Deve-se ressaltar que, ao fazê-lo, não nos detivemos à ordem dos capítulos, mas à relevância dos temas.

## 1 O prefácio da Bruzundanga

No prefácio, Lima Barreto explica a importância de se falar sobre a Bruzundanga, um país tão estranho e diferente do Brasil, formado por 18 ou 20 províncias de acordo com a carta institucional.

A Bruzundanga fornece matéria de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois possui maiores e mais completos. Sua missão é, portanto, como a dos ‘maiores’ da Arte, livrar-nos dos outros naturalmente menores.

Observar o funcionamento da Bruzundanga pode ajudar a população brasileira. Por isso continua, justificando:

Bem precisados estávamos nós disto quando aqui ministros de Estado que são simples caixeiros de venda, a roubar-nos muito modestamente no peso da carne-seca, enquanto a Bruzundanga os tem que se ocupam unicamente no seu ofício de ministro, de encarecer o açúcar no mercado interno, conseguindo isto com o vendê-lo abaixo do preço da usina aos estrangeiros. Lá, chama-se a isto prover necessidades públicas; aqui, não sei que nome teria...

Fecha o prefácio, mais uma vez, mostrando que pretende ressaltar os pecados da Bruzundanga para que o Brasil não os cometa:

... os seus costumes e hábitos podem servir-nos de ensinamento, pois, conforme a Arte de furtar diz: os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões. Por intermédio dos dela, dos dessa velha e ainda rica terra da Bruzundanga, livremo-nos dos nossos: é o escopo deste pequeno livro.

## 2 Os samoiedas – crítica à língua e à literatura

A sátira tem seu início propriamente dito com um **Capítulo Especial**, intitulado *Os samoiedas*, o qual mostra como é a literatura bruzundanga: falsa, monótona e afastada da cultura, com autores fúteis e aconchavados com a classe dominante. Fala também da língua empregada e valorizada na literatura samoieda, e reconhecida pelos leitores:

Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitados, nunca consegui entender, porque redigem eles suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dous séculos ou três. Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito.

Observamos a ironia contra os literatos eruditos e oficiais, cuja linguagem pomposa e arcaizante é incompreensível para a maioria dos leitores. Nota-se também a crítica aos leitores ingênuos que admiram os escritores justamente por não os compreender.

Como pretende satirizar o Brasil, lá existem os mesmos problemas enfrentados pelo povo brasileiro, os quais reforçam a marginalização e o preconceito manifestados por meio do uso linguístico. Sendo assim, ao dizer que a língua literária daquele país ninguém entende, denuncia o apuro gramatical, que afasta ainda mais o povo da elite, já que, segundo Facioli (1985, p. 11), “falar de um modo e escrever de outro significa o afastamento existente entre o povo e seus dominadores”.

Segundo o narrador-viajante, na Bruzundanga, os grupos de escritores que nada escreveram de concreto, estimados e representativos, são oradores de festinhas de aniversário, usam um palavrório rebarbativo e expressões perdidas no tempo. Empregam estilo de difícil aplicabilidade, com excesso de formalidade, o que não pertence aos costumes do povo daquele lugar,. Mas são conhecidos e reconhecidos, valorizados.

(...) todos eles quase não têm propriamente obras escritas; a bagagem deles consta de conferências, poesias recitadas nas salas, máximas pronunciadas na intimidade de amigos, discursos em batizados ou casamentos, em banquetes de figurões ou em cerimônias escolares, cifrando-se, as mais das vezes, sua obra escrita em uma plaquette de fantasias de menino, coletâneas de ligeiros artigos de jornal ou num maçudo compêndio de aula, vendidos, na nossa moeda, à razão de quinze ou vinte mil-réis o volume.

A sátira ganha contornos mais fortes quando o literato identifica as leis criadas por um grande poeta e aceitas por todos os outros, as quais regem a Escola Samoieda, a escola literária da Bruzundanga. O comentário representa uma réplica da Escola Parnasiana:

- 1º.- Sendo a poesia o meio de transportar o nosso espírito do real para o ideal, deve ela ter como principal função provocar o sono, estado sempre profícuo ao sonho.
- 2º.- A monotonia deve ser sempre procurada nas obras poéticas; no mundo, tudo é monótono (Tuque-Tuque).
- 3º. A beleza de um trabalho poético não deve ressaltar desse próprio trabalho, independente de qualquer explicação; ela deve ser encontrada com as explicações ou comentários fornecidos pelo autor ou por seus íntimos.
- 4º. A composição de um poema deve sempre ser regulada pela harmonia imitativa em geral e seus derivados.

Os literatos que seguem tais leis não são muito cultos, não sabem conversar sobre qualquer assunto, nada entendem de matemática, geografia ou conhecimento geral, mas nem se preocupam com isso. O que importa é saber seguir o modelo para elaboração de textos “bonitos”, que não devem dizer nada em sua essência.

A instrução do grosso dos menestréis bruzundanguenses não permitia apelo à matemática e contentavam-se com umas regras simples que tinham na ponta da língua, como beatas as rezas que não lhes passam pelo coração, e outros desenvolvimentos teóricos.

Importam-se, e muito, com a palavra que enfeita, que chama a atenção:

(...) havia outras divindades: o ritmo, o estilo, a nobreza das palavras, a aristocracia dos assuntos e dos personagens, quando faziam romances, conto ou drama e a medição dos versos que exigiam fosse feita como se tratasse da base de uma triangulação geosédica.

Mais uma vez, o escritor maldito realiza sua denúncia contra o artificialismo linguístico e temático presente na literatura brasileira parnasiana, apenas preocupada em impressionar pela forma.

(...) não pedia que se comunicasse qualquer emoção, qualquer pensamento, qualquer importante revelação de nossa alma que interessasse a outras almas; (...) enfim um julgamento, um conceito que pudesse influir no uso da vida, na nossa conduta e no problema do nosso destino.

Observa-se, então, que um literato na Bruzundanga não sabe de nada, com nada se preocupa, não pretende em nada colaborar para uma mudança dos preconceitos, inclusive linguísticos, vigentes naquele país. Se sente emoção ou preocupação com seus semelhantes, não demonstra. Parece ser uma pessoa desprovida de inteligência.

Além de uma gramaticazinha que nós aqui chamamos de tico-tico e da arte poética de Chalat aumentada e explicada com uma lógica de gafanhotos, não possuía ele um acervo de noções gerais, de ideias, de observações, de emoções próprias e diretas do mundo, de julgamento sobre as cousas.

Sua preocupação é apenas com uma língua artificial e empolada, empregada para impressionar e diferenciá-lo das demais pessoas. Isso se explica com o que diz Callou (2002, p. 282) a respeito da relação língua/classe social:

uma das características da classe social é exatamente a linguagem (...) que classifica socialmente os indivíduos, sendo mais evidentes nas cidades, essas diferenças sociais e culturais. (...) a língua constitui, como se sabe, uma marca de classe social e, dentre todas as instituições sociais, a que mais fortemente se impõe aos indivíduos.

### 3 As classes sociais e políticas na Bruzundanga

**Um Grande Financeiro**, o capítulo I do texto satírico, mostra como se compõe a classe política na Bruzundanga (Câmara, Senado, Deputados) e como lá também isso é uma cópia de modelos europeus. Enfatiza que, entre senadores e deputados, a única diferença existente é o tempo de duração do mandato.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as repúblicas que se prezam, além do presidente e juízes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados, ambos eleitos por sufrágio direto e temporários ambos, com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto.

Descreve um deputado, o doutor Felixhimino Bem Karpatoso, que fala sobre finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos, ou seja, um homem famoso e respeitado que demonstra como o país poderá obter mais dinheiro, uma vez que o Tesouro da Bruzundanga está quase vazio e precisa de mágicos financeiros para não se esvaziar totalmente.

O doutor Karpatoso tinha uma erudição sólida e própria em matéria de finanças. Não citava Leroy-Beaulieu absolutamente. Os seus autores prediletos eram o russo-polaco Ladislau Poniatwsky, o australiano Gordon O'Neill, o chinês Ma-Fi-Fu, o americano Willian Farthing e, sobretudo, o doutor Caroles y mientras, da Universidade de Caracas, capital da Venezuela, que, por ser país em bancarrota, dava grande autoridade ao financista de sua principal universidade.

[...]

Para o orçamento de 1908, o doutor Karpatoso escreveu o seguinte trecho profundo: 'Os governos não devem pedir às populações que dirigem, em matéria de impostos, mais do que elas possam dar, afirma Ladislau Poniatwsky. A nossa população é, em geral, pobríssima e nós não devemos sobrecarregá-la fiscalmente'. Não impediu isto que ele propusesse o aumento da taxa sobre o bacalhau da Noruega, pretextando haver produtos similares nas costas do país.

No capítulo II, **A nobreza da Bruzundanga**, pode-se observar a composição da sociedade e o valor da educação: obtenção de poder. É o narrador-viajante que nos esclarece a

existência de duas nobrezas, a doutoral e a de palpite; uma oriunda dos diplomas, outra da tradição e da influência sócio-econômica do sujeito.

A nobreza na Bruzundanga se divide em dous grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpite.

Relata ainda os cursos superiores mais valorizados, quem tem acesso a eles e, mais uma vez, o valor das pessoas que possuem o título de doutor.

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há que parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar, na Bruzundanga, não.

Lá, um cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brãmene tem carta, diploma, dirá: tem pergaminho.

No Brasil de verdade, de acordo com Romaneli (1987, p. 30), isso não era muito diferente. A educação também servia para ostentar títulos e promover ainda mais a elite:

No Brasil, até o final da década de 1920, as camadas dominantes, com o objetivo de servir e alimentar seus próprios interesses e valores, conseguiram organizar o ensino de forma fragmentária (...). O fato é que o toque aristocrático e o caráter de classes que essa educação conferia não só concorriam para manter o *status*, pela natural distância social que ajudava a promover, como também serviam de instrumento de ascensão social aos estratos que se achavam em condições de assumir posições mais elevadas.

O crítico da Bruzundanga esclarece que, como no Brasil, os títulos dão aos possuidores a chance de ingressar em cargos de confiança e acumular remunerações.

A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem.

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé, no conservatório de Música, e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios.

Quando lá estive, conheci um bacharel em direito que era consultor jurídico da principal estrada de ferro pertencente ao governo, inspetor dos serviços metalúrgicos do Estado e examinador das candidatas a irmãs de caridade.

O capítulo III, **A Outra Nobreza da Bruzundanga**, é dedicado à nobreza de palpite, anunciada no anterior. Tal nobreza reforça a importância de um título na Bruzundanga, seja de que espécie for.

A outra nobreza da Bruzundanga, porém, não tem base em cousa alguma; não é firmada em lei ou costume; não é documentada por qualquer espécie de papel, édito, código, carta, diploma, lei ou que seja. Foi por isso que eu chamei de nobreza de palpite.

Descreve como as pessoas fazem para adquirir tal nobreza, o que as torna quase tão importantes quanto aquelas que possuem o título doutoral.

Um cidadão da democrática República da Bruzundanga chamava-se, por exemplo, Ricardo Silva da Conceição. Durante a meninice e a adolescência foi conhecido assim em todos os assentamentos oficiais. Um belo dia, mete-se em especulações felizes e enriquece. Não sendo doutor, julga o seu nome muito vulgar. Cogita mudá-lo de modo a parecer mais nobre. Muda o nome e passa a chamar-se Ricardo Silva de *la Concepción*. Publica o anúncio no jornal do Comércio local e está o homem satisfeito da vida. Vai para a Europa e, por lá, encontra por toda a parte príncipes, duques, condes, marqueses da Birmânia, do Afeganistão e do Tibete. Diabo! Pensa o homem. Todos são nobres e titulares e eu não sou nada disso.

Começa a pensar muito no problema e acaba lendo um romance folhetim de A. Carrillo, - nos Cavalheiros do amor, por exemplo – um título espanhol qualquer. Suponhamos que seja: Príncipe de *Luna y Ortega*. O homem diz lá consigo: ‘eu me chamo *Concepción*, esse nome é espanhol, não há dúvida que eu sou nobre’; e conclui logo que é descendente do tal príncipe de *Luna y Ortega*. Manda fazer cartões com a coroa fechada de príncipe, acaba convencido de que é mesmo príncipe, e convencendo os seus amigos da causa prosápia elevada.

Em seguida, explica por qual motivo esses nobres de palpite não têm tanto reconhecimento quanto os que possuem a nobreza doutoral. É o povo que não os reconhece plenamente.

No país, esses titulares de palpite não têm importância na massa popular. Os do povo respeitam mais o modesto doutor de farmácia pobre do que um altissonante Medina Sidonia de última hora; à elite, porém, a nata, - essa sim! – tem por eles o respeito que se devia aos antigos nobres.

Isso comprova que, na Bruzundanga, como no Brasil do século XIX e início do XX, as pessoas que possuem um título de doutor estão habilitadas a fazer o que querem, são respeitadas e valorizadas pela elite, mas também pelo povo que não tem possibilidade de chegar a esse patamar.

O capítulo IV, **A Política e os Políticos da Bruzundanga**, relata o que os políticos fazem pelo povo, o prestígio que têm, seu envolvimento com as entidades religiosas e como fazem para se manter no poder.

A vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes.

Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a cousas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo. A primeira cousa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população.

O valo de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo.

A narrativa é uma crítica à classe política carioca da época, pouco preocupada com a qualidade de vida do povo, mas interessada nas reformas que fariam do Rio de Janeiro uma cidade europeia. Por isso, diz:

Bossuet dizia que o verdadeiro fim da política era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes.

Nicolau Sevcenko, (2003, p. 43 e 55), ao descrever o que ocorria no Rio de Janeiro, mostra-nos o que levava essa infelicidade ao povo:

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 2003, p. 43)

As relações sociais passam a ser mediadas em condições de quase exclusividade pelos padrões econômicos e mercantis, compatíveis com a nova ordem da sociedade. Por todo lado ecoam testemunhos amargos sobre a extinção dos sentimentos de solidariedade social e de conduta moral ainda vivas nos últimos anos da sociedade senhorial do Império. A nova sociedade orienta-se por padrões muito diversos daqueles e mais chocantes. . (SEVCENKO, 2003, p. 55)

Em **A Política e os Políticos da Bruzundanga**, Lima Barreto critica também as entidades religiosas. Mostra o comprometimento que a Igreja possui com a elite, cuidando, inclusive, de casamentos arranjados por dinheiro.

As irmãs de caridade gozam, lá na Bruzundanga, de uma influência poderosa. Não quero negar que, como enfermeiras de hospitais, elas prestem serviços humanitários dignos de todo o nosso respeito; mas não são essas que os cínicos ambiciosos da Bruzundanga cortejam. Eles cortejam aquelas que dirigem colégios de meninas ricas.

[...]

Toda a gente sabe como o pessoal eclesiástico consegue manter a influência sobre os seus discípulos, mesmo depois de terminarem seus cursos. (...) Os padres, freiras, irmãs de caridade não abandonam os seus alunos absolutamente. Mantêm sociedades, recepções, etc., para os seus antigos educandos; seguem-lhes a vida de toda a forma, no casamento, nas carreiras, nos seus lutos, etc.

E os malandros que sabem dessa teia formada acima dos néscios, dos sinceros e dos honestos de pensamento, tratam de cavar um dote e uma menina das irmãs, o que vem a ser uma e única cousa.

Demonstrando enorme frustração, o autor fecha esse capítulo dizendo que não se deve perder tempo preocupando-se com a Bruzundanga. Parece que a luta fora em vão, que o Brasil não mudara, que seria para sempre um antro de discriminações. Por um instante, tem-se a

impressão de que o literato perdeu a esperança de um Brasil onde qualquer pessoa seja respeitada, onde a língua represente o povo que nele vive:

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece. Não devemos estar a perder tempo com semelhante gente.

#### 4 Lima Barreto e o ensino na Bruzundanga

Em diferentes capítulos, o tema da educação é tratado na obra da Bruzundanga, o que demonstra a preocupação de Lima Barreto com o que ocorria na e com a educação no Brasil. Uma de suas inquietações diz respeito ao caráter elitista da educação, o que colaborava fortemente para que o pobre não tivesse possibilidade de uma ascensão social. No capítulo II, pode-se observar a crítica não só à qualidade do ensino superior, como também aos gastos que essa formação exige, o que a afasta dos pobres:

Em geral, apesar de serem lentos e demorados, os cursos são medíocres e não constituem para os aspirantes senão uma vigília de armas para serem cavaleiros armados.

[...]

A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vezes podem alcançá-la.

Já no capítulo VI, denominado **O Ensino na Bruzundanga**, o literato mostra como se organiza o ensino naquele país.

Há diversas espécies de escolas mantidas pelo governo geral, pelos governos provinciais e por particulares. Estas últimas são chamadas livres e as outras oficiais, mas todas elas são equiparadas entre si e os seus diplomas se equivalem.

Além disso, observa como são realizados os exames admissionais ou preliminares no ensino superior. Retoma, com isso, tema amplamente abordado nas crônicas- críticas publicadas ao longo de sua vida, ou seja, a questão das bancas de exames serem compradas pelos pais dos candidatos, normalmente pessoas importantes e influentes, que podiam conseguir cargos melhores aos examinadores.

Os meninos ou rapazes, que se destinam a elas, não têm medo absolutamente das dificuldades que o curso de qualquer delas possa apresentar. Do que eles têm medo, é dos exames preliminares. De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrar bancas de exames, pôr em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam frações, outros em francês, sem que possam traduzir o mais fácil autor. Com tais manobras, conseguem sair-se da alhada e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de “doutor”.

Relata ainda que, quando o pai do candidato não é muito influente, mas o candidato muito ignorante, lança-se mão de outro artifício que não a manipulação dos examinadores.

Nesse caso, é comum que os exames sejam realizados em outra escola, menos exigente. O que não é muito difícil naquele país.

Há outros, espertos e menos poderosos, que empregam o seguinte *truc*: Sabem, por exemplo, que, na província das Jazidas, os exames de matemática elementar são mais fáceis. Que fazem eles? Inscrevem-se nos exames de lá, partem e voltam com as certidões de aprovação.

Junte-se a isso o relato sobre o caráter e a ética dos professores. Tudo isso para mostrar como a educação na Bruzundanga não serve para tornar as pessoas iguais, nem para lhes dar mais chances na vida. A passagem assemelha-se aos escândalos, muitas vezes abafados no Brasil, a respeito da compra de vagas em universidades, o que garantia acesso aos cursos de medicina.

De resto, é sabido que os lentes das escolas daquele país são todos relacionados, têm negócios com os potentados financeiros e industriais do país e quase nunca lhes reprovam os filhos.

Interessado em salvar o povo da Bruzundanga, o narrador propõe uma solução para o ensino: a extinção do ensino superior. Aliás, proposta já feita por Lima Barreto em outras crônicas críticas.

Meditei muito sobre os seus problemas e creio que achei o remédio para esse mal que é o seu ensino. Vou explicar-lhes sucintamente:  
O estado da Bruzundanga, de acordo com a sua carta constitucional, declararia livre o exercício de qualquer profissão, extinguindo todo e qualquer privilégio de diploma.  
Feito isso, declararia também extintas as atuais faculdades e escolas que ele mantém.

Inclui, no entanto, uma nova modalidade, o ensino livre, no qual as pessoas estudariam o que tivessem vontade e/ou aptidão.

Substituiria o atual ensino seriado, reminiscência da Idade Média, onde no *trivium*, se misturava a gramática com a dialética e, no *quadrivium*, a astronomia e a geometria com a música, pelo ensino isolado de matérias, professadas pelos atuais lentes, com os seus preparadores e laboratórios.  
Quem quisesse estudar medicina, frequentaria as cadeiras necessárias à especialidade a que se destinasse, evitando as disciplinas que julgasse inúteis.  
[...]  
Cada qual organizaria o programa do seu curso, de acordo com a especialidade da profissão liberal que quisesse exercer, com toda a honestidade e sem as escoras de privilégio ou diploma todo poderoso.

Essa modalidade acabaria com a superstição doutoral e faria que as pessoas se tornassem melhores e mais honestas do que costumam ser.

Semelhante forma de ensino, evitando o diploma e os seus privilégios, extinguiria a nobreza doutoral; e daria aos jovens da Bruzundanga mais honestidade no estudo,

mais segurança nas profissões que fossem exercer, com força que vem da concorrência entre os homens de valor e inteligência nas carreiras que seguem.  
[...]

A nobreza doutoral, lá está se fazendo aos poucos irritante e até sendo hereditária.

Mais uma vez, encontra-se reforçada a necessidade de se extinguir a superstição doutoral. Ao contrário da frustração demonstrada no capítulo IV, o escritor revela esperança na conscientização das pessoas, que um dia reclamariam a igualdade a que têm direito.

Também voltado para a questão da educação, mas, desta vez, voltada para o mercado de trabalho, em **Ensino Prático**, capítulo XVII, fala de uma Academia Comercial. Nela, pretende-se nacionalizar o comércio do país à moda europeia. Para isso há um curso prático de comerciante, ministrado na cidade de *Bosomy*, considerado um alto estabelecimento de instrução comercial. Ao fim do curso, o aluno “sem dificuldade e hesitações, pode colocar-se à testa de uma loja e geri-la com o desembaraço e a segurança de velho negociante com vinte anos de prática”.

Era intuito dos fundadores da Academia Comercial banir do seu ensino todo o pedantismo, todo o luxo teórico; fazê-lo prático, moderno, à *yankee*. De tal modo o queriam assim que, ao fim de um curso de pequena duração, o aluno pudesse, sem dificuldades e hesitações, colocar-se à testa de uma loja e geri-la com o desembaraço e a segurança de velho negociante com vinte anos de prática.

Além de negociantes propriamente, a academia visava sobretudo formar magníficos caixeiros, magnéticos, com virtudes de ímã, capazes de solicitar, de empolgar, de atrair a freguesia.

De acordo com Aragão (1985), o ensino comercial firma-se, no Brasil, em 1902, quando são criadas a Academia do Comércio, no Rio de Janeiro, e a fundação da Escola Prática de Comércio, em São Paulo.

Na Bruzundanga, em relação à localização do estabelecimento de instrução comercial, vê-se que

os cursos da Academia Comercial da Bruzundanga não ficarão instalados em um enorme edifício, grandioso e inútil, para os fins a que se destina, e sobretudo favorável à criação de um espírito de escola, de camaradagem, indigno da luta comercial. As aulas funcionarão em pequenas casas, situadas nas regiões da capital em que atualmente mais florescem os gêneros de comércio que os alunos pretendem aprender.

Entre os cursos ministrados pela Academia Comercial estão: venda ambulante de fósforos, jornalismo, frege<sup>3</sup> (dividido em cantada da lista e encomenda de pratos à cozinha),

---

<sup>3</sup> De acordo com o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, a palavra frege é uma redução de frege-moscas, que significa taberna. Sendo assim, entende-se que ao dizer que a Academia Comercial ministrava o curso de frege, o cronista refere-se ao ofício de proprietário/gerente de uma taberna.

barbeiro, botequim e compra de ferro velho. Todos eles com duração mínima de 6 meses e máxima de 2 anos.

## 5 A constituição da constituição na Bruzundanga – o papel do mandachuva e seus ministros

O capítulo VIII, **A Constituição**, mostra detalhadamente como se deu o processo de elaboração da Constituição Bruzundanguense.

Reuniu-se, pois, a constituinte com toda a solenidade. Vieram para ela, jovens poetas, ainda tresandando à grossa boêmia; vieram para ela, imponentes tenentes de artilharia, ainda cheirando aos “cadernos” da escola; vieram para ela, velhos possuidores de escravos, cheios de ódio ao antigo regime por haver libertado os que tinham; vieram para ela, bisonhos jornalistas da roça recheados de uma erudição à flor da pele, e também alguns dos seus colegas da capital, eivados do Lamartine.

[...]

Votado o regimento interno da grande assembleia e tomadas todas as outras disposições secundárias, a comissão dos vinte e um membros, encarregada de redigir o projeto, foi escolhida; e, em reunião, houve entre os seus membros caloroso debate a respeito de quem deveria ser o relator ou os relatores.

Ao falar sobre isso, o literato traça os predicados necessários a uma pessoa para que se torne ministro ou deputado. Todos eles não muito diferentes daqueles exigidos no Brasil:

Assim, por exemplo, a exigência principal para ser ministro era a de que o candidato não entendesse nada das cousas da pasta que ia gerir.

Por exemplo, um ministro da Agricultura não devia entender coisa alguma de agronomia. O que se exigia dele é que fosse um bom especulador, um agiota, um judeu, sabendo organizar *trusts*, monopólios, estancos, etc.

Para deputado, exige-se um pouco mais:

Os deputados não deviam ter opinião alguma, senão aquelas dos governadores das províncias que os elegiam. As províncias não poderiam escolher livremente os seus governantes; as populações tinham que os escolher entre certas e determinadas famílias, aparentadas pelo sangue ou por afinidade.

Carvalho (1995, p. 32), ao empregar a Bruzundanga para falar da política e do sistema eleitoral no Brasil, explica que a eleição não era imparcial: “*La Câmara federal reconocía como diputados a quienes apoyaban el gobernador y el presidente de la República, y consideraba ilegítimos a los demás pretendientes*”.

Em relação à presidência da República, de acordo com a constituição bruzundanguense, o candidato a presidente necessita apenas saber ler e escrever minimamente. Não lhe é necessário ser dotado de inteligência nem desejo de mudança. Em resumo deve ser um medíocre, o que, de certa forma e em alguns casos, também se assemelha ao Brasil atual:

A constituição da Bruzundanga era sábia no que tocava às condições para elegibilidade do mandachuva, isto é, o presidente.

Estabelecia que devia saber ler e escrever, que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha inteligência; que não tivesse vontade própria; que fosse, enfim, de uma mediocridade total.

Nessa parte a constituição foi sempre obedecida.

A república dura, na Bruzundanga, há cerca de trinta anos. Têm passado pela curul presidencial nada menos do que seis mandachuvos, e não houve, talvez, um que infringisse tão sábias disposições.

A Carta da Bruzundanga, que começou imitando a do país dos gigantes, foi inteiramente obedecida nessa passagem, e de um modo religioso.

Em **Um mandachuva**, capítulo IX explica que o presidente sempre é escolhido entre os doutores e, especialmente, entre advogados, sendo indicado pelos mais medíocres. A não ser que suba ao poder, por uma revolta mais ou menos disfarçada, um general mais ou menos decorativo, o mandachuva é sempre escolhido entre os membros da nobreza doutoral; e, dentre os doutores, a escolha recai sobre um advogado.

(...) na Bruzundanga, em geral, o mandachuva é escolhido entre os advogados, mas não julguem que ele venha dos mais notáveis, dos mais ilustrados, não: ele surge e é indicado dentre os mais néscios e os mais medíocres. Quase sempre, é um leguleio da roça que, logo após a formatura, isto é, os primeiros anos de sua mocidade até aos quarenta, quando o fizeram deputado provincial, não teve outro ambiente que a sua cidadezinha de cinco a dez mil habitantes, mais outra leitura que a dos jornais e livros comuns da profissão – indicadores, manuais, etc; e outra convivência que não a do boticário, do médico local, do professor público e de algum fazendeiro menos dorminhoco, com os quais jogava o solo, ou mesmo o “truque” nos fundos da botica.

Como demonstração de poder, no capítulo VII, vemos que é comum o mandachuva agraciar seus escolhidos com um cargo de diplomata, o que torna a referida carreira muito fácil de ser alcançada. Ressalte-se que essas indicações servem tão somente para o presidente ter maior número de representantes.

Cada mandachuva novo traz sempre em mente aumentar o número de legações, de modo que não há país no mundo em que a Bruzundanga não tenha um batalhão de representantes. Muitos desses países não mantêm, com a curiosa república que venho descrevendo, relações de espécie alguma; mas, como é preciso mandar alguns filhos de “figurões” para o estrangeiro, a munificência dos poderes públicos não trepida em criar nelas legações dispendiosas. Há lá até quem reze para que certos países se desmanchem e surjam, da separação, novos independentes permitindo o aumento de legações.

**Os Heróis**, capítulo XII, com a intenção de caracterizar o Consolidador, fala sobre a proclamação da República, descrevendo como se deu esse processo. A história pode facilmente ser comparada à do Brasil e ao que ocorreu com o Marechal Deodoro da Fonseca.

Como sabem a Bruzundanga foi, durante um século, império ou monarquia. Há seis ou sete lustros os oficiais do seu exército começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as suas vagas aspirações a palavra república. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham a

adesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizera desgostosos com o trono da Bruzundanga.

Os amigos do império, vendo que as cousas perigavam, trataram de enfrentar a corrente com decisão e chamaram, para condestável da Bruzundanga, um velho general que vivia retirado nas suas propriedades agrícolas.

Era de crer que semelhante condestável pudesse ser vencido, mas que confabulasse com os inimigos que vinha combater, não era possível admitir! Pois foi o que ele fez.

Em seguida, descreve também o Visconde de Pancôme como um herói republicano que não se preocupava com o povo, não conhecia suas angústias e necessidades. A trajetória de Pancôme lembra a do Barão do Rio Branco, desafeto de Lima Barreto.

Outro herói da Bruzundanga é o Visconde de Pancôme. Este senhor era de fato um homem inteligente; mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiógrafo, mas não era um historiador. As suas ideias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes mesmos políticos. A história social, ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteara para a ação política, e, sobretudo, diplomática. (...) Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancôme sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros.

Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração.

(...) Pancôme desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. A história econômica social da Bruzundanga ainda está por fazer, mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancôme não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista.

Critica, mais uma vez, o povo que não se dá conta dos defeitos e intenções do Visconde de Pancôme, mantendo-o como um herói:

(...) a gente do país não deu pela origem da crise, tanto assim que, quando Pancôme morreu, lhe fez a maior apoteose que lá se há visto. Os heróis e o povo da República dos Estados Unidos da Bruzundanga são assim, caros senhores.

Esse personagem é retomado em **Pancôme, as suas Ideias e o Amanuense**, capítulo XXI. Nele diz que, como o visconde não segue as leis, suas nomeações independem de concurso.

A sua atrapalhão estava na tal história de concurso, pois até ali, devido a tão tola formalidade, não conseguira ter nos cargos de amanuenses moços bonitos e demais, para fazer concursos, sempre apareciam uns rebarbativos candidatos de raça javanesa, com os quais ele embirrava solenemente.

(...)

essas suas sábias medidas, para recrutamento do seu pessoal, levaram para a sua secretaria moços bonitos e excelentes mediocridades, que ainda procuravam demonstrar a sua principal qualidade intelectual, publicando borracheiras idiotas ou compilações rendosas e pesadas ao Tesouro.

Além disso, Pancôme usa e abusa das verbas ministeriais, fazendo de seu ministério uma extensão de sua casa. Em suas nomeações, por exemplo, não interessam aptidões e

inteligências, basta o indivíduo ser ignorante o bastante para apenas seguir suas ordens sem discutir. A população da Bruzundanga, entretanto, não se incomoda e, nos jornais, o homem é louvado como um patrimônio nacional.

**Q.E.D.**, capítulo XIX, descreve as funções de um secretário de ministro na Bruzundanga. Mostra como tal cargo é de suma importância para o aparelho governamental do país, uma vez que, por exemplo, evita que o ministro apanhe um resfriado ou saia com a roupa em desalinho. Trata-se de uma alusão clara ao que ocorre no Brasil, onde os ministérios são inchados de assessores e secretários, nomeados com base em indicações e influências, não importando a legitimidade profissional.

## 6 Costumes na Bruzundanga

No capítulo X, **Força Armada**, vemos que um dos costumes daquele país é manter oficiais de terra e de mar, apesar de não existirem realmente Forças Armadas. Num país em que os títulos valem mais que a própria pessoa, esse fato está justificado: não existem as funções, mas as pessoas possuem o título.

Na Bruzundanga não existe absolutamente força armada. Há, porém, cento e setenta e cinco generais e oitenta e sete almirantes. Além disso, há quatro ou cinco milheiros de oficiais, tanto de terra como de mar, que se ocupam em fazer ofícios nas repartições.

O fim principal dessas repartições (...) é estudar a mudança de uniformes dos mesmos oficiais. Os grandes costureiros de Paris não têm tanto trabalho em imaginar modas femininas como os milhares da Bruzundanga em conceber, de ano em ano, novos fardamentos para eles.

Em **A Sociedade**, capítulo XIII, estabelecem-se as classes sociais da Bruzundanga, mostrando como estão definidas. Nesse capítulo ocorre uma crítica à República, momento em que o literato demonstra-se saudoso do Império, já que o novo regime generalizou os gastos fúteis do dinheiro do povo. É ainda neste capítulo que realiza uma distinção entre o centro e o subúrbio da Bruzundanga; o primeiro é o lugar da aristocracia, da moda, dos acontecimentos; o segundo é abandonado, o lugar dos pobres e marginalizados.

É difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. (...) Em geral, a gente da terra que forma a sociedade, só figura e aparece nos lugares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo. Não há, portanto, na sociedade do momento, tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente.

Esses, porém, fatigados, não formam bem a sociedade, embora as suas filhas e mulheres façam parte dela.

Os que formam diretamente a grande sociedade são os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos.

[...]

Pode ser definida a feição geral da sociedade da Bruzundanga com a palavra – medíocre.

Em relação à cultura da Bruzundanga, assim se manifesta:

(...) todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores. A não ser em música, isto mesmo no que toca somente a executantes, os seus produtos intelectuais são de uma pobreza lastimável.

Há lá salões literários e artísticos, mas de nenhum deles surgiu um Montesquieu com o Espírito das Leis, como saiu do de *Mme. Du Deffand*. As obras mais notáveis que lá têm aparecido são escritas por homens que vivem arredados da sociedade bruzundanguense.

[...]

A pintura, que sempre foi arte dos ricos e abastados, não tem, na Bruzundanga, senão raros amadores. Os pintores vivem à míngua e se querem algum dinheiro, têm que se rojar aos pés dos poderosos, para que estes lhes encomendem quadros, por conta do governo.

Porque eles não os comprem com dinheiro seu, senão os de vagas celebridades estrangeiras que aportam às plagas do país com grandes carregações de telas. É outro feitio da gente imperante da Bruzundanga de só querer ser generosa com os dinheiros do Estado. Quando aquilo foi império, não era assim; mas, desde que passou a república, apesar da fortuna particular ter aumentado muito, a moda da generosidade a custas do governo se generalizou.

Ao abordar a questão arquitetônica do país, mostra os contrastes entre centro e subúrbio, bem como as mudanças urbanas que pretendem seguir a moda europeia. Como acontece no Brasil e é exposto por Sevckenko (2003), começa a aparecer um país branco, europeizado e civilizado.

(...) convém recordar que os cemitérios dessa gente, ou por outra, os túmulos das pessoas da alta roda da Bruzundanga são outra manifestação da sua pobreza mental.

São caros jazigos ou carneiros de mármore de Carrara, mas os ornatos, as estátuas, toda a concepção deles, enfim, é de uma grande indigência artística.

[...]

As suas casas são desoladoras arquitetonicamente. Há modas para elas. Houve um tempo em que era a de compoteiras na cimalha; houve tempo das cúpulas bizantinas; ultimamente era de mansardas falsas. Carneiros de Panúrgio...

A sua capital, que é um dos lugares mais pitorescos do mundo, não tem nos arredores casas de campo, risonhas e plácidas, como se veem em outras terras.

Tudo lá é conforme a moda. Um antigo arrabalde da capital que, há quantos anos era lugar de chácaras e casas roceiras, passou a ser bairro aristocrático; e logo os panurgianos ricos, os que se fazem ricos ou fingem sê-lo, banalizaram o subúrbio, que ainda assim é lindo.

Em **Uma Consulta**, capítulo XV, o viajante descreve um médico, o Dr. Adhil Bem Thaft, famoso por jogar *football*, por tentar descobrir a composição de uma pomada que cura calos e por ser da elite. Com essa descrição, vê-se como a nobreza doutoral é valorizada.

O Dr. Adhil, em verdade, de nada entende, não trata problema algum, não receita um xarope a um paciente resfriado, mas, a cada dia, torna-se mais famoso, suas consultas tornam-se mais caras e, por isso, as pessoas esforçam-se para uma consulta com esse excelente *goal-keeper*. É assim a síndrome do doutor na Bruzundanga.

Na Bruzundanga, quando lá estive, a fama do doutor Adhil Bem Thaft não cessava de crescer.

(...) em tal dia, um jornal dizia: “O doutor Adhil, esse maravilhoso clínico e excelente *goal-keeper*, acaba de receber honroso convite da *Libertad Football Club*, de São José de Costa Rica, para tomar parte na sua partida anual com o *Ayroca Football Club*, de Guatemala. (...) O celebrado mestre, porém, não pôde aceitar o convite, pois a sua atividade mental anda agora norteadada para a descoberta da composição da Pomada Vienense, específico muito conhecido para a cura dos calos”.

No capítulo XX, **Uma Província**, vemos a descrição de Kaphet e os costumes dos mais ricos, belos, inteligentes e bravos indivíduos moradores daquela província. Por ser um lugar muito rico, deve parecer possuir o melhor ensino do país, as melhores escolas normais e os mais renomados professores.

O traço característico da população da província do Kaphet, da República da Bruzundanga, é a vaidade. Eles são os mais ricos do país; eles são os mais belos; eles são os mais inteligentes; eles são os mais bravos; eles têm as melhores instituições, etc, etc.

(...) julgam-se capazes de exercer qualquer profissão deste mundo; e, se se fala em ser oficial de marinha, eles se dizem capazes de sê-lo do pé pra mão, e assim de artilharia de cavalaria. Imaginam-se prontos para serem astrônomos, pintores, químicos, domadores de feras, pescadores de pérolas, remadores de canoas, niveladores, o diabo!

Tudo isto porque a província faz questão de que conste nos panegíricos dela que o seu ensino é uma maravilha, as suas escolas normais, cousa nunca vista; e os seus professores sem segundos no mundo.

Ali se cultua abertamente o dinheiro e se despreza quem não o possui. Como no Brasil da Primeira República, em cuja capital, o Rio de Janeiro, havia uma tentativa de esconder os pobres. Lima Barreto, um carioca suburbano, afirma que o pior costume de Kaphet é considerar que pobre nada vale.

(...) O seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não possui dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metáfora de classes. A inteligência pobre que se quer fazer, tem que se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores sem significação; sem sinceridades, para não ofender os seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências.

**Outras Histórias da Bruzundanga** é um último capítulo, sem numeração, incorporado ao livro a partir da 2ª edição. Na verdade, segundo Facioli (1985), é formado por várias crônicas, publicadas em diferentes revistas ao longo de 1919. Nele ocorre a retomada da questão das Letras, por meio de um comentário sobre a publicação do livro *Os Bruzundangas*.

Mostra que mais um costume daquele povo é não dar valor aos poetas. Lá, como já demonstrado noutro capítulo, não pretendem falar à alma das pessoas, não pretendem discutir nada, apenas enfeitar. Sendo assim, não é necessária nenhuma inteligência para esse ofício, o que explica o fato de serem considerados “bobos da corte”, uma alusão aos parnasianos, considerados rebarbativos por Lima Barreto.

Em todos os tempos os homens de letras, maus ou bons, geniais ou medíocres, ricos ou pobres, gloriosos ou rates, sempre se julgaram inspirados pelos deuses e confabulando intimamente com eles. A vida dos escritores, poetas, comediógrafos, romancistas, etc. está cheia de episódios que denunciam esse singular orgulho deles mesmos e da missão da arte de escrever a que se dedicam. Todos eles deixariam morrer à fome ou de miséria, antes de transformar a sua Musa em passatempo de poderosos e ricos. Entregaram essa função aos bufões, aos histriões, aos bobos da corte, etc.

Na Bruzundanga, até bem pouco, era assim também. A sua nobreza territorial e agrícola estimava muito, a seu jeito, os homens de inteligência, sobretudo os poetas, aos quais perdoava todos os vícios e defeitos. (...)

Os poetas foram postos à margem e não tiveram mais nem consideração nem desprezo. Era como se não existissem, como se fosse possível isso, seja em sociedade humana, fora de qualquer grau de civilização que ela esteja.

O fato de os poetas nada saberem, nada falarem de útil, com nada se preocuparem é, disfarçadamente, ilustrado com uma epígrafe na abertura do capítulo, trecho de um discurso de Coelho Neto durante a inauguração de uma piscina num clube do Rio de Janeiro:

A solenidade que aqui nos reúne e para a qual foram convocados os poderes do Céu e da Terra, e o mar, é de tanta magnitude que a não podemos avaliar senão rastreando, através das sombras do Tempo, a sua projeção no Futuro.

Coelho Neto. Discurso na inauguração da piscina do fluminense F.C.

Em seguida, fala também da escola para o ensino de belas artes (pintura, escultura, gravura e arquitetura).

O país da Bruzundanga, hoje República dos Estados Unidos da Bruzundanga, antigamente império, tem-se na conta de civilizado e, para isso, entre outras cousas, possui escolas para o ensino de belas-artes.

Ressalta, entretanto, a indiferença que os cidadãos daquele país têm em relação a quem se forma na referida escola.

Se não conseguem lugares de professores, mesmo de desenho linear, nenhum favor público ou particular recebem da nação e do seu povo.

Muitos, como também acontece com alguns poetas, entregam-se à *sodka* (uma espécie de bebida alcoólica) para esquecer o ostracismo e a frustração.

Houve um até, pintor de mérito, que se fez fabricante de tabuletas, para poder viver, os mais, quando perdida a força de entusiasmo da mocidade, se entregam a narcóticos, especialmente a uma espécie da nossa cachaça, chamada lá *sodka*, para esquecer os sonhos de arte e glória dos seus primeiros anos.

Dá-se o mesmo com os poetas, principalmente os pouco audazes, aos quais os jornais nem notícia dão dos livros.

Conheci um dos maiores, de mais encanto, de mais vibração, de mais estranheza, que, apesar de ter publicado mais de dez volumes, morreu abandonado num subúrbio da capital da Bruzundanga, bebendo *sodka* com tristes e humildes pessoas que nada entendiam de poesia; mas o amavam.

A gente solene da Bruzundanga dizia dele o seguinte: “É um javanês (equivalente ao nosso ‘mulato’ aqui) e não sabe sânscrito.”.

Neste último trecho, já não dizemos que se trate de uma comparação com o Brasil ou de uma sátira a esse país, mas nos impressiona como o literato parece prever o fim de sua própria vida – morre no subúrbio, esquecido, vítima do alcoolismo.

### Considerações Finais

Este trabalho mostrou-nos que, com uma consciência estilística inovadora, com uma manipulação linguística diversa da que era valorizada no início do século XX, Lima Barreto foi a voz inaugural a libertar a linguagem brasileira das lides afrancesadas. Com isso, imprimiu-lhe identidade brasileira e reforçou o sentimento de cidadania tão caro à população do Brasil. Portanto, na obra desse marginalizado, mas importantíssimo literato, é possível a clara e fácil observação dos ideais de identidade e cidadania de que o brasileiro tanto se ressentia na época estudada.

### Referências

ARAGÃO, Raymundo Moniz de. *A instrução pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IESAE, 1985.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Série Bom livro. São Paulo: Ática, 1985.

CALLOU, Dinah. Da História Social à História Lingüística: o Rio de Janeiro no século XX. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a História do português Brasileiro*. vol. III: Novos estudos. São Paulo: Humânitas, 2002, p.281-192.

CAMPOS, Maria Tereza. *Lima Barreto*. Coleção ponto a ponto. São Paulo: Ática, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil*. México D.F.: Fideicomiso Historia de las Américas e El Colegio de México, 1995.

FACIOLI, Valentin. República dos Bruzundangas: Por que não me ufano de meu país. In: BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Série Bom livro. São Paulo: Ática, 1985.

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VASCONCELLOS, Eliane. *Lima Barreto: Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 2001.

*Recebido em 30 de agosto de 2019.  
Aceito em 14 de novembro de 2019.*